

ESPAÇOS DE VIVÊNCIA E DIFERENTES CONCEPÇÕES DO TEMPO: UM DISCURSO ENTRE A SOCIOLOGIA E A HISTÓRIA.

RUI LEANDRO MAIA

C.E.A.A.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

SUMÁRIO

O artigo debruça-se sobre diferentes percepções e concepções do tempo: o tempo enquanto realidade subjectivamente apreendida, de acordo com vivências entre diferentes espaços e diferentes sociedades; e, por outro lado, o tempo como forma de apreender realidades sociais e como forma de identificação e, paradoxalmente, de complemento entre áreas de saber, com destaque para a sociologia e para a história.

ABSTRACT

The paper focuses on the difference between perception and conception of time: time as a reality subjectively apprehended, according the lifestyles of different people and different places, and, on the other hand, time as a way of understanding social realities and a way of identificatin and, paradoxically, of complementarity between areas of knowledge with emphasis on sociology and history.

INTRODUÇÃO

Não é fácil delimitar fronteiras entre as ciências sociais. Há mesmo quem as negue e proponha apenas a existência de abordagens diferenciadas para problemas comuns (Lopes, 1995: 15-18)¹: as limitações cognitivas inerentes à condição humana, por um lado, o tempo e as condições em que o investigador formulou e apreendeu conhecimento, por outro lado, induzem a essa visão por compartimentação (Rocher, 1989b: 245). Aqueles que se intitulam ou são intitulados como sociólogos podem estudar exactamente os mesmos assuntos, partilhar dos mesmos interesses, daqueles que se intitulam ou são intitulados como historiadores: usando embora uma linguagem específica, que tende a constituir-se como um código corporativo de comunicação, abordam as mais das vezes os mesmos problemas em perspectivas diferentes (Clinoy, 1993: 170). Essa linguagem distintiva é, em grande medida, a responsável pela instituição de uma espécie de bloqueio comunicacional que conduz, ainda que parcialmente, a uma separação fictícia entre domínios do conhecimento que partilham um mesmo objecto: o homem, os homens, a sociedade humana. Esta perspectiva é particularmente relevante quando se tem por escopo explicativo dos fenómenos sociais elementos sem os quais não é possível equacionar-se a existência da ciência em si, no sentido de perseguir – analisar, compreender e explicar – determinado objecto: com particular incidência na sociologia e na história está o elemento tempo. A sociologia é tão dependente dele como a história, tal e qual vem demonstrando a sua evolução². Como afirma Chesneau: “C’est en ce sens,

¹ O desenvolvimento das ciências sociais, com particular destaque para a sociologia e para a história, tem conduzido, por parte de alguns dos seus mais notáveis representantes, a uma negação desta separação, entendida muitas vezes como artificial. Pela sociologia, Elias, no seu esforço de explicação dialéctica da sociedade com os indivíduos, refere: “As estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são fenómenos complementares inseparáveis e só podem ser investigados numa relação de interdependência. Na realidade não existem nem se movem tão separadamente como hoje aparenta ser na actividade de investigação. Formam em conjunto com outras estruturas o objecto da mesma ciência humana.” (1993: 56-57). Pela história, Bloch não deixa de ter em conta que: “Cada ciência, isoladamente considerada, é tão só uma porção do movimento universal para conhecer” (1974: 23). Sobre este assunto v. ainda Maurício (1986: 151-152).

² Há uma sociologia eminentemente temporal: do tempo antes e do tempo depois, com correspondência, respectivamente, em espaços distintos. Com este propósito destaca-se, por exemplo, a sociologia das migrações. (v. Rocha-Trindade *et all.*, 1995: 37-39; Gonçalves e Gonçalves, 1991).

et pas seulement par méfiance envers tout privilège corporatif, que, pour parodier un adage célèbre, le passé et l'histoire sont bien trop importants pour être laissés aux seuls historiens." (1996: 118). E, pelo menos na forma como se quer aqui abordar, essa dependência pode ser perspectivada numa dupla acepção: a do tempo que inscreve os fenômenos sociais tal e qual estes são relatados e registados, independentemente das fontes de onde provêm: vamos chamar-lhe o tempo vivido ou psicológico; e a do tempo pelo tempo, digamos assim, aquele que se traduz por minutos, horas, dias, meses, anos, séculos ou milênios: vamos chamar-lhe tempo físico ou cronológico, que o investigador percorre, onde ele observa e analisa os fenômenos sociais a uma distância mais ou menos remota em relação ao presente³.

DIFERENTES ESPAÇOS DIFERENTES TEMPOS

A primeira acepção de tempo permite a descrição do presente, qualquer que ele seja em termos cronológicos, em perfeita imersão no passado: corresponde ao tempo vivido que, embora já não exista enquanto realidade social⁴, continua a servir de referência para a descrição desse presente e, paradoxalmente, chega a ter de forma inconsciente por função a própria anulação do tempo ou, se se quiser, a sua negação (Silva, 1992: 62). Este exercício interpretativo do tempo enquanto elemento de abordagem do social pode ser particularmente fecundo quando aplicado aos percursos migratórios, tal e qual nos são relatados por aqueles que os efectuaram. A crítica que hoje se faz, por exemplo, à redutibilidade da abordagem bipolar

³ É evidente que a caracterização e a classificação do tempo pode ser e é múltipla, a partir do momento em que a cada indivíduo e a cada sociedade, dentro de critérios específicos, é permitido uma repartição própria do tempo físico ou cronológico. Daí a afirmação de Hall: "Ao nível de uma micro-análise, pode afirmar-se que existem tantos tipos de tempo diferentes como de seres humanos neste planeta." (1996: 23). Sobre os contributos para o estudo do tempo na sociologia, que em muito ultrapassam o âmbito das nossas preocupações, v. Pronovost (1996).

⁴ As descrições individuais das realidades vividas são sempre também descrições sociais. A natureza social do homem, por conceitos e valores apreendidos, determina-lhe - num processo que designamos por socialização - as formas como ele encara e descreve as situações em que participa ou sobre as quais apenas se pronuncia. A propósito da questão do tempo, Elias chama justamente a atenção para a íntima relação existente entre "escalas de observação", que, por norma, tendemos a separar: "Une réflexion sur le temps devrait permettre de corriger cette image d'un univers divisé en secteurs hermétiquement clos, à condition que l'on reconnaisse l'imbrication mutuelle et l'interdépendance entre nature, société et individu." (1996: 21).

das migrações assente nas noções espaciais de campo/cidade ou de rural/industrial, também designada por modelo dicotómico (cf. Mela, 1999: 30-31; Mingione e Pugliese 1987: 83-84; Santos 1987: 7-8), perde alguma pertinência quando analisamos os discursos daqueles que, directamente, se envolveram nessas demandas: as referências aos espaços de origem, que há muito se deixaram, são ainda feitas por relação a essa lógica bipolar, afinal a que existia no tempo vivido e que, em termos psicológicos, ainda permanece; outrossim em relação à cidade como espaço de preferência ou de repúdio em função da ideia que se tem de um espaço de origem mais calmo no tempo vivido, mas que, na realidade, hoje já não persiste enquanto tal, i.é., com as mesmas características identificativas. Nalguns casos de migração campo/cidade, a imagem do vivido em relação ao espaço que deixou de se frequentar mas que, com recorrência, se comenta e tenta explicar, permanece praticamente inalterada em relação ao tempo em que esse espaço era individual e socialmente apreendido de determinada forma que, no tempo corrente e presente, já não existe tal e qual. Por esta via, o passado é projectado, de forma mais ou menos estereotipada, no presente: **o tempo não percorrido, o mesmo será dizer, o hiato que existe entre o vivido e o descrito, deve ser considerado na análise dos discursos sobre o quotidiano ou tempo corrente enquanto agente potenciador, pela ausência do vivido, do passado no presente**⁵. A asserção toma outra relevância nos meios urbanos do designado mundo desenvolvido, onde a quota de população migrante residente é muito significativa e as idades médias dessa população são elevadas, em virtude do processo dinâmico do duplo envelhecimento demográfico. Aqueles que hoje são idosos ou têm já um percurso de vida suficientemente longo e representativo do objecto de estudo tornam possível, por exemplo, testar a hipótese da existência ou não de uma relação causal entre percurso migratório e percurso social, ou seja, mobilidade geográfica e mobilidade social (Bertaux, 1978: 42-44); e mesmo testar a hipótese de um percurso social diferenciado entre naturais e migrantes residentes em espaço urbano em função de distintos percursos de socialização. Deste modo, a

⁵ A abordagem pelo modelo dicotómico já há muito perdeu validade nos estudos de sociologia, porque, na realidade, o espaço global não apresenta hoje exactamente tais diferenciações (cf. Santos, 1987). Mas a constatação não impede, como refere Mela (1999: 32) que “a hereditariedade do modelo dicotómico se volte a propor por vezes nos tempos actuais, em aspectos cruciais da análise sociológica sobre a cidade”. É isso que, a partir do trabalho empírico, se pode perceber pelos discursos de alguns dos actores - migrantes -, que recorrentemente ainda evocam esta distância abissal entre os modos de vida nos seus espaços de origem e os modos de vida na cidade.

análise sociológica, quer com objectivos de quantificação quer de qualificação ou em processo conjunto, só pode ser realizada tendo em conta conjunturas, tornando-se o conhecimento histórico indispensável para a compreensão de percursos de vida que forjaram regularidades sociais e que, por conseguinte, se tornam imprescindíveis para explicar a situação individual e social presente, marcada por maiores ou menores clivagens sociais, económicas e culturais entre pessoas e grupos que partilham o mesmo espaço mas que têm origens geográficas diferentes. Postas as coisas nestes termos, a caracterização sociológica não será mais do que fixar em sinopse percursos que condicionaram o presente individual e social.

É também em função deste tempo vivido ou psicológico que se potencia ou diminui a aproximação entre pessoas e espaços (os de origem e os de acolhimento dos migrantes). Precisando melhor: a distância que se verifica, tanto no espaço como no tempo – sobretudo à medida que este último se vai alongando – é factor de desejo de retorno e potencia, quando possível, a aproximação dos familiares e da terra de origem ou, na impossibilidade, pode potenciar a “saudade”⁶. No sentido descrito, também o contacto e a “anulação” do tempo tende a ser largamente considerada na relação entre dois espaços e, bem assim, na relação entre os indivíduos próximos que esses espaços mais ou menos distantes contemplam: o tempo de matar “saudades” está ritualizado de acordo com um calendário estabelecido pela cultura dominante – é o tempo do Natal ou da Páscoa consoante os laços familiares ainda existentes – e é o tempo sazonal traduzido em momentos ciclicamente repetidos ano a ano em função das estreitas disponibilidades que um mundo urbano e laboral permite em relação a um mundo não tão frenético que caracteriza a maior parte dos espaços de origem dos migrantes. Há, de resto, uma consciência diferenciada do tempo a este nível: o tempo familiar e social ou o tempo laboral não é o mesmo: nos espaços urbanos, onde dominam actividades múltiplas e “cronometradas” o tempo falta; nos espaços periféricos, com ritmos de vida menos acelerados, “há todo o tempo do mundo” (cf. Duarte, 1978; Silva, 1992: 60-61). E por isso este tempo vivido ou psicológico, que o meio e as vivências sociais constroem, não pode dissociar-se do tempo que aqui designamos por físico ou cronológico.

⁶ A palavra é aqui empregue com o sentido que lhe atribuiu Pascoais, o poeta saudosista: “A Lembrança e a Esperança são as íntimas energias que trabalham o ser. Lembrança e Esperança casadas dão na saudade. A Lembrança prende o homem a tudo o que passou, a Esperança a tudo o que há-de vir.” (in Bragança, 1976: 373).

Há tantos tempos diferentes quantas as sociedades diferentes. Como refere Elias: “Ces différences sont, sans aucun doute, socialement acquises. Elles sont caractéristiques de différences dans l’habitus social et donc dans la structure de personnalité d’hommes appartenant à ces diverses sociétés.” (1996: 153). O tempo é assim relativizado de acordo com a forma como cada indivíduo e cada sociedade vive e está organizada, com ritmos e interações específicas (Elias, 1996: 14-15)⁷. Todos os indivíduos, ao longo do curso da sua existência por uma passagem gradativa da condição de infância à de adolescência e, por sua vez, desta à condição de adultos vão – na cultura e sociedade em que estão inseridos – substituindo um tempo interiorizado, que é ditado pela consciência que vão adquirindo sobre as coisas, por um tempo que lhes passa a ser cada vez mais ditado por ritmos externos e sobre os quais os mesmos não detêm qualquer tipo de controlo, antes pelos contrário (cf. Hall, 1996: 89). Se à criança é permitida uma quase liberdade no uso que faz do tempo porque ela desconhece as regras pelas quais socialmente está estabelecida a convivência e os comportamentos sociais, o mesmo já não se pode dizer do adolescente, por exemplo, de 15 ou 16 anos, que tem que cumprir horários para ir à escola, às actividades desportivas e, mais do que isso, que tem de coordenar os seus horários com os daqueles com quem contacta e aos quais está mais ou menos ligado e dependente; este processo agrava-se naturalmente na vida adulta, com a entrada no mundo de trabalho e, para a grande maioria das pessoas, com a constituição de família e o nascimento dos filhos. É neste sentido que a autonomia em relação ao tempo de que cada um dispõe se vai perdendo em função da idade e da socialização, que implica mais ou menos responsabilidades individuais. A explicação que damos para os indivíduos tem, naturalmente, correspondência com as sociedades. E esse facto remete a nossa atenção para as transformações que se operacionalizam quanto à noção de tempo para os migrantes e quanto o grau dessas transformações está dependente da idade em que as mesmas

⁷ Esta relatividade pode, de resto, não ter uma definição espacial, no sentido físico do termo, mas ser resultado de uma determinada geração ou de um determinado grupo mais ou menos extenso pertencente a diferentes espaços de diferentes países. Temos como exemplo próximo a criação do “tempo sem espaço” pela *Swatch*, que divide o dia em 1000 unidades designadas por *beats*, tendo cada uma delas - cada *beat* - a duração de 1 minuto e 26,4 segundos. O *beat* 1 - o primeiro do dia - está regulado pelo minuto 1 do horário suíço que, como no nosso caso, corresponde às 0 horas e 1 minuto. Se o tempo universalmente aceite tem que distar de espaço para espaço pelas diferenças dos fusos horários, o tempo pelos *beats* pode ser uniformizado e, portanto, não ter qualquer relação com os espaços.

se deram, sobretudo se considerarmos as que se efectuaram entre espaços rurais e espaços urbanos e nos casos em que se deixou o trabalho na agricultura pelo trabalho na indústria, no comércio ou nos serviços: alteraram-se os ritmos de vida e com eles as concepções individuais de tempo. Se os espaços rurais, onde a natureza das actividades dominantes permite – pelo menos no período sobre o qual aqui nos debruçamos – um ritmo de vida e uma consciência de tempo largamente definidas por cada indivíduo, sem o constrangimento dos “cronómetros”, em actos do quotidiano como o trabalho do campo e os serviços domésticos, quantas vezes actividades indistintas, nos espaços urbanos, onde a natureza das funções está de há muito “sincronizada” e regulamentada, o ritmo de vida e a noção de tempo são impostas aos indivíduos a partir do exterior e, devido às maiores densidades demográficas relativamente aos espaços rurais, a “falta de tempo” tende a sentir-se de uma forma acentuada. O cumprimento do tempo é, dada a necessidade que os horários institucionais e burocratizados impõem, absolutamente intransigente e conduz como que a uma permanente “corrida contra o tempo”, consubstanciada em inúmeros actos quotidianos como o de levantar às x horas para apanhar o transporte público ou o fugir à bicha de automóveis na estrada super-congestionada em horas de ponta porque se tem que chegar ao trabalho a tempo; nestas e noutras circunstâncias, o tempo dos indivíduos é, aqui, muito mais do que nos espaços rurais, interdependente: a sociedade substitui-se aqui inteiramente à natureza, com particular relevância para a questão do tempo, sendo este, por sua vez, um importante elemento regulador – talvez o mais importante – de toda a vida social (cf. Chesneau, 1996: 42-53). A existência de um processo uniforme de contagem do tempo não se traduz nas mesmas vivências e usos desse tempo em sociedades com características distintas⁸. Para designar a forma como as sociedades complexas organizam o tempo, Hall (1996: 55-70) utiliza as expressões de sistemas de tempo “polícronos” e sistemas de tempo “monócronos”. Os primeiros, que se identificam com os países mediterrânicos, correspondem a sociedades em que os indivíduos desenvolvem simultaneamente várias actividades ou relacionamentos; ao contrário dos

⁸ Nestas circunstâncias, podemos também dizer que na cidade, dado o ritmo de vida existente, as pessoas procuram desenvolver mecanismos e procedimentos de “ganhar tempo” (Chesneau, 1996: 30), sendo que os custos dessas aquisições se saldaram, no caso dos migrantes que provêm de espaços com características diferentes – sobretudo de espaços rurais –, por um conjunto de alterações importantes em relação a formas de sociabilidade aí estabelecidas por relação a anteriores formas que caracterizavam a sociabilidade dos espaços de proveniência.

segundos, onde há separação de actividades e relacionamentos, que estão organizadamente estruturados. Num sistema onde os indivíduos podem fazer várias coisas ao mesmo tempo e, por isso, ter relacionamentos múltiplos, a questão do uso e entendimento do tempo não se coloca da mesma forma que naquele em que os indivíduos estruturam e sincronizam actividades e relacionamentos. Se no sistema de tempo “polícrono”, por exemplo, é possível misturar as relações familiares com as relações de trabalho de forma tendencialmente indistinta porque o tempo diário para o desenvolvimento de funções não está rigidamente estabelecido e não está, de resto, preestabelecido, no sistema de tempo “monócrono” tudo é bem diferente: há um tempo quotidiano para o trabalho e um tempo quotidiano para as relações familiares. Qualquer dos sistemas corresponde a percepções que temos relativamente ao uso e noção dominantes do tempo, mas nenhum deles se manifesta de forma absoluta em qualquer sociedade, i.é., não há propriamente sociedades inteiramente “polícronas” nem sociedades inteiramente “monócronas”. Há, isso sim, dominância de um sistema sobre outro consoante a sociedade a que nos reportemos e, bem assim, quanto aos espaços que são claramente distintos - a vários níveis - numa mesma sociedade, tanto mais que os usos e as concepções diferenciadas do tempo correspondem também a diferenças funcionais de género, a diferentes papéis que em cada sociedade correspondem a homens e a mulheres⁹. Aos primeiros estão adstritas funções que se identificam mais com o sistema de tempo “monócrono”, e às segundas funções que se identificam mais com o sistema de tempo “polícrono”. Desta forma, é de supor que um espaço em que domine um sistema de tempo “monócrono” o dito sistema de tempo “polícrono” das mulheres, elas próprias - e cada vez mais - socialmente envolvidas, nomeadamente no mundo do trabalho, seja menor do que aquele de que dispõem as suas congéneres nas sociedades dominadas por sistemas de tempo “polícronos”. Daí que, nestas circunstâncias, se possa verificar um conjunto de comportamentos distintos dentro do mesmo género - tanto em relação às mulheres como em relação aos homens - para sociedades e espaços diversos a partir daqueles que migram. Tomemos a fecundidade

⁹ Retomando Hall, que se refere particularmente à sociedade dos EUA: “Por isso, se associa geralmente a policronia a actividades informais, abstractas, e às múltiplas tarefas, responsabilidades e relações que ligam a mulher a conjuntos de indivíduos. A um nível pré-consciente, a monocronia é masculina e a policronia é feminina; trata-se de uma distinção e de uma diferença cujas implicações são consideráveis.” (1996: 64).

como um exemplo significativo: por que têm as mulheres que vêm para a cidade em média menos filhos do que as mulheres que residem nos espaços rurais? Porque o ritmo de vida e, por consequência, o sistema de tempo dominante assim o impõem. Eis uma das respostas possíveis.

O TEMPO DA SOCIOLOGIA E O TEMPO DA HISTÓRIA

Fixemo-nos agora no tempo físico ou cronológico, que é largamente indispensável à ciência, cujo múnus é o estudo da(s) sociedade(s): a sociologia. Os seus primeiros representantes, situando-a apenas no século XIX, têm uma concepção hierarquizada das sociedades no tempo: no limite acreditam que o tempo conduzirá ao estabelecimento de sociedades perfeitas. A sociedade dos engenheiros que Comte acreditava ser ideal alcançar, e a sociedade sem classes ou a inevitável vitória dos proletários que Marx vaticinava após o fim do capitalismo, são o mais puro exemplo dessa concepção hierarquizada do tempo, capaz de fazer idealizar uma sociedade mítica que, no extremo, conduziria à anulação do próprio tempo, uma vez alcançada a perfeição.

No friso cronológico das ciências sociais, tendo em conta a importância do tempo na análise e explicação dos fenómenos, a sociologia cruza-se com a história desde o início. Há pontos comuns às duas áreas do saber que tornam difícil estabelecer a fronteira entre o que é o domínio de uma ou de outra. Ambas se autenticam e desenvolvem a partir das grandes transformações operadas com a industrialização e a urbanização. Se buscarmos as origens de uma história feita ciência, i.é., que procurou um procedimento para o já ancestral objecto de descrever o passado, qualquer que seja a perspectiva, do homem e dos homens, é lá na alvorada de oitocentos que nos temos de situar (Silva e Pinto, 1986: 14). A sociologia enfileira pelo mesmo trilho com um sentido primeiro em constituir-se, de forma absoluta, na ciência rigorosa da sociedade. Uma sociedade que se dizia, na perspectiva de Comte, evoluir, qualquer que ela fosse, sempre da mesma maneira, por um único caminho – segundo a célebre “lei dos três estados”¹⁰. A sociologia estaria, assim, em condições de formular leis, na verdadeira acepção, que, aceites em todas as sociedades, permitiriam predizer. Nesta perspectiva, a história serviria o que ele designava por “sociologia dinâmica”, como mero

¹⁰ Sobre a “lei dos três estados”, o “teológico ou fictício”, o “metafísico ou abstracto” e o “científico ou positivo” v. Comte (1984: 90-100) e Rocher (1989a: 20-28).

instrumento capaz de demonstrar o rigor da análise sociológica. A comparação das sociedades feita a partir da história explicaria a aplicabilidade da “lei dos três estados” na evolução das sociedades. Foi, pois, pela subalternização da história em relação à sociologia, que se iniciou a intercepção entre as duas áreas do saber (Macedo, 1985: 224).

A visão positivista que Comte iniciara, teve em Durkheim um amplo alargamento, tanto metodológico como conceptual. É, de resto, difícil atribuir a paternidade desta nova ciência oitocentista a qualquer um dos cultores referidos. Se o primeiro lhe emprestou o nome e lhe traçou grandes objectivos, de forma alguma alcançáveis e verificáveis, o segundo trouxe-lhe o rigor pelo método e os primeiros estudos sistemáticos e sínteses explicativas, para um tempo que delas necessitava: as mudanças sociais, económicas e políticas que o mundo em industrialização vivia requeriam, com objectividade, explicações nas causas e nas consequências. *O suicídio* é disso um primeiro exemplo significativo. Os comportamentos sociais, numericamente descritos e comprovados, dão conta de uma sociedade dicotómica de grupos primários e secundários ou de distintas formas de divisão social do trabalho e de solidariedades, a mecânica e a orgânica. Durkheim lançará as bases para um ciência social do “rigor” a partir do método, da quantificação e da teorização. O social – o “facto social” durkheimiano – relega e omite mesmo o individual. Como ele mesmo afirma: “a história não poderá ser uma ciência por tratar apenas de uma massa de factos isolados” (*in* Sousa, 1982: 33). Entre Comte e Durkheim nada de bom para a história tal e qual ela era então entendida e, sobretudo, praticada: marginalizada a uma condição acientífica pelo “sociologismo intransigente” (Ferrarotti, 1986: 28-29), ela não tinha qualquer possibilidade de atingir o pseudo rigor, senão espreitando para o que a vizinha recém-chegada lhe ia ensinando¹¹. Mas como empregar novos métodos às descrições singulares? A história historicizante, como se apelidava, ou a história meramente factual e do acontecimento singular, permanecerá subalterna e “invejosa” perante uma sociologia em permanente criatividade, teórica, metodológica e explicativa. A sociedade em mutação carecia de ser explicada e a história não foi nunca capaz, nestes tempos, de o fazer.

¹¹ Bloch foi dos primeiros historiadores do pós-historicismo a alertar para a necessidade de uma leitura do social a partir do factor tempo. Criticando a posição a-histórica das ciências sociais, refere: “De uma banda, um punhado de antiquários ocupados, por deleite macabro, em desenfaixar os deuses mortos; de outra, sociólogos, economistas, publicistas: os únicos exploradores das coisas vivas...” (1974: 38).

Limitou-se, tão só, apática, a observar. É também na história deste período que se fundamenta a teoria marxista da luta de classes. O materialismo histórico explica a permanência em todas as formas de sociedade do jogo de forças que se estabelece entre detentores e não detentores dos meios de produção, as chamadas “relações de produção” (Marx, 1976: 66). É na história pacificada e acientífica que Marx e os marxistas se irão apoiar para consolidar esta visão dialéctica e materialista que o novo mundo industrializado e urbano fizera chegar. Mediante a análise do presente, retrocede-se às sociedades passadas – nomeadamente com a preocupação de dar conta das transições (entre regime feudal e capitalismo, por exemplo) – utilizando o postulado das relações materiais de produção como realidade permanentemente vigente e não alterável pela acção do tempo¹². Como refere Godelier (1986: 188) “Marx faz, de algum modo, a história regressiva”¹³. Esta maneira de olhar e explicar as sociedades permanecerá, de

¹² Como ele afirma: “A história de toda a sociedade até agora existente é a história das lutas de classe. O homem livre e o escravo, o patrício e o plebeu, o senhor e o servo, o mestre da guilda e o oficial, em suma, o opressor e o oprimido, estiveram em constante oposição um ao outro e prosseguiram uma luta ininterrupta, ora escondida, ora aberta, uma luta que terminou sempre ou numa reconstituição revolucionária da sociedade no seu todo ou na ruína comum das classes contendentes. [...]. Os homens constroem a sua própria história mas não a fazem à sua vontade; não a fazem nas condições por eles escolhidas, mas em circunstâncias encontradas directamente, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas faz-se sentir como um pesadelo no cérebro dos vivos. E, quando parecem empenhados em se revolucionar a si próprios e às coisas, em criar algo que jamais existiu, é precisamente em tais períodos de crise revolucionária que eles conjugaram ansiosamente os espíritos do passado para o seu próprio serviço, tomando-lhe os nomes, os gritos de batalha e os costumes, a fim de apresentar o novo panorama da história mundial neste disfarce glorificado pelo tempo e nessa linguagem de empréstimo.” (Marx, 1976: 171 e 309-310).

¹³ Em *Sobre Feuerbach*, notas redigidas entre 1844 e 1847, Marx refere a continuidade histórica e a interdependência dos tempos - anterior e posterior - como processos de formação de uma ideia da sociedade que não é correspondente com a sociedade de facto, i.é., de uma ideia da sociedade que depende das formas como os factos são interpretados e explicados a partir de referências que visam fundamentar determinadas ocorrências. “A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a actividade transmitida, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias com uma actividade completamente mudada, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior o objectivo da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América o objectivo de proporcionar a eclosão da Revolução Francesa; [...] aquilo que se designa com as palavras

forma paradigmática – embora não absoluta –, até bem entrada a segunda metade do século XX. Assim também, com sentido claramente distinto, fez Spencer com a história: a evolução das sociedades, numa transposição conceptual da biologia, era entendida como idêntica à evolução das espécies. As mais aptas sobreviveram, ficando para trás todas as que não foram capazes de se adaptar às evoluções transcorridas por consequência de múltiplos factores (Rocher, 1989a: 52-58). Uma vez mais a história, ciência do tempo por excelência, é passiva e serve apenas para comprovar a “grande teoria” explicativa da organização social. Foi esta a relação com a história, desde a origem da sociologia, tal qual costuma ser evocada: o passado acientífico – porque incapaz de ser apreendido pela experiência – corrobora as teorias sociais que mais ou menos em simultâneo, e por diferentes perspectivas, se vão constituindo. A história é praticamente observadora e interessada na sociologia, nos seus métodos, na sua linguagem, nas suas explicações.

Com Weber, de certa forma, criaram-se condições para um relacionamento mais equilibrado entre as diferentes áreas de produção do conhecimento, tal era, de resto, a sua erudição histórica¹⁴. Ao negar o primado do social sobre o indivíduo, ele abriu caminho à intromissão activa da história na sociologia, quando a história era ainda amplamente praticada sob o signo do individualismo (cf. Maurício, 1986: 145; Rodrigues, 1986: 21-25); ao transformar a visão sobre a explicação do social, uma explicação interpretativa, reabilitou o factor tempo enquanto agente da transformação e explicação do social de acordo com o que podemos designar por “causalidade histórica” (cf. Aron, 1991: 489), ou seja, a necessidade sociológica de encontrar no tempo as circunstâncias que provocaram um dado acontecimento (Silva e Pinto, 1986: 15)¹⁵. Considera a sociologia como “uma ciência que pretende

Determinação, Finalidade, Germe, Ideia da história anterior mais não é do que uma abstracção formada a partir da história posterior, uma abstracção a partir da influência activa que a história anterior exerce sobre a posterior.” (Marx, 1982: 29).

¹⁴ Apesar de, na Alemanha, a sociologia ter surgido como uma espécie de reacção negativa à história individualizante e factual, Weber considerava a sociologia como uma verdadeira “ciência da história”, atribuindo-lhe as funções de comparação e explicação do social (cf. Rocher, 1989a: 209-210).

¹⁵ Weber nega, ao contrário de Durkheim, a explicação do social pelo social e, desse modo, a possibilidade do estabelecimento de esquemas causais automáticos entre, por exemplo, sociedades de “solidariedade orgânica” e elevadas taxas de suicídio, ao mesmo tempo que dá ênfase e reabilita a função de cada indivíduo na sociedade. Por

compreender interpretativamente a acção social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (Weber, 1991: 3). A história, por sua vez, praticamente apagada nas formas e procedimentos para a reconstrução do passado até aos anos trinta do século XX, começa lentamente a libertar-se da descrição individualista e factual para, à distância suficiente, buscar respostas em outras áreas passadas que vão muito além da simples fractura política ou do singular aparentemente promotor da mudança, personagem desligada da sociedade e meios envolventes. E aqui, verdadeiramente, inicia-se o diálogo com tendência à paridade da história, não só com a sociologia mas com as demais ciências sociais ou, usando a expressão de Ferrarotti, inicia-se a “interdependência competitiva” (1986: 38). A história reabilita-se, é certo, a partir de percursos já feitos, nomeadamente pela sociologia, pela geografia humana e pela economia (Maurício, 1986: 147-148). O primeiro grande impacto terá sido dado pelo presente. A crise económica e, logo, social, de 1929, despertou em alguns historiadores a necessidade de ver o passado a partir de uma perspectiva múltipla, ampla, tomando toda a sociedade. A história – numa clara alusão à historiografia francesa – juntou-se assim, no friso cronológico das ciências sociais, à sociologia, tal é a sua natureza. Sempre a sociologia tentou explicar a sociedade na sua mais ampla complexidade, pelo menos tem disso consciência desde os seus primeiros representantes – de Comte a Marx. Durkheim, referindo-se à vocação agregadora da sociologia e exigindo a dissolução no seu seio de todas as outras ciências sociais nascidas antes dela (Gurvitch, 1977: 25-26), utiliza a noção de “morfologia social” (Mela, 1999: 23) e, mais tarde, Mauss dá conta das mesmas preocupações ao usar e instituir a noção de “fenómeno social total” (Mauss, 1980: 147). Também à história já não é agora o indivíduo, com poder decisório, que interessa apreender e descrever, mas antes as condições económicas, sociais, políticas, culturais que estiveram por detrás das decisões tomadas por esse indivíduo. A história do singular ia desaparecendo das “oficinas” dos historiadores que se foram dando conta da necessidade de explicar o passado, dos indivíduos e colectivo, a partir de uma concepção heteronómica dos acontecimentos, ou seja, tentando perceber a sua gestação e desenvolvimento pelos factores contextualizantes e que, de certa forma, lhes são externos, quer estes sejam de ordem económica, social, política ou outra. A visão global rapidamente abriu caminho ao aparecimento de uma história ciência tal e qual se havia forjado e sedimentado uma sociologia

outro lado, nega categoricamente a possibilidade da sociologia prever o que quer que fosse, tal e qual fizeram Comte e Marx (Aron, 1991: 487).

ciência: o objecto existia, era secular, passou a existir o método, passou a ser possível formular e testar hipóteses, passou a ser possível, no fundo, “confundir” a história com a sociologia. Como explicar a sociedade sem ter em conta o factor tempo? Como explicar a mudança social sem um profundo conhecimento do antes e do depois dessa mudança? A história passou a ter um lugar importante na sociologia¹⁶.

A revolução epistemológica que a história sofreu pelo alargamento do objecto – uma história global (do económico, do social, do cultural, do político) –, nomeadamente a partir dos seus “oficiais” franceses, encontra como esteio mais sólido a chamada *Escola dos Annales*, produtora da nova história¹⁷. Foi no seu seio que se reformulou o conceito de tempo e de espaço históricos, o conceito de fonte – qualquer que ela seja, desde que aluda ao passado dos homens –, que se trouxe a ideia de que há uma história do presente, jornalística, e de que o presente é uma importante base de interpretação e conhecimento do passado, tal como o passado o é em relação ao presente.

De facto, todo o grande trabalho de aproximação entre a história e a sociologia fica-se a dever a esta nova visão, em que o factor tempo é por excelência o elemento de união a reter. Braudel pela história e Gurvitch pela sociologia¹⁸ estão do mesmo lado no reconhecimento da importância do

¹⁶ Como referem Cardoso e Brignoli: “A mudança decisiva de direcção [na produção historiográfica] ocorreu a partir de 1929, com a criação dos “Annales” por Lucien Febre e Marc Bloch: estes historiadores fizeram desta revista um ponto de encontro e discussão entre historiadores e cientistas sociais em geral. [...] Numa primeira fase foram os estudos económicos de conjuntura os que mais influenciaram os historiadores, estimulando o estudo dos preços e dos salários. O grande movimento de debate com as ciências sociais mudou de direcção - e mais de uma vez - desde os anos 30, sob novas influências: do estruturalismo linguístico e antropológico, da demografia, da *Escola de Chicago*.” (1979: 19-21).

¹⁷ Revel explica esta revolução epistemológica da nova história: “Há dois eixos gerais que sustentam a experiência dos Annales: a reivindicação de uma história experimental científica (mais do que culta) por um lado; e, por outro, a convicção de uma unidade em construção entre a história e as ciências sociais. [...] Esta reivindicação, que afirma claramente a unidade do social para além das abordagens particulares de que é objecto, percorre o meio século de vida dos Annales; constitui a unidade do movimento, e revela, provavelmente, a sua verdadeira identidade.” (1990: 12 e 16-17).

¹⁸ Gurvitch reconhece a necessidade de uma sociologia apoiada no tempo, mas não compreende a verdadeira dimensão da história que no seu tempo já largamente se praticava e, por isso, não é propriamente o exemplo do defensor de uma indefinição entre as duas ciências ou de uma única ciência (cf. Gurvitch, 1977: 15-50).

factor tempo para a explicação dos fenómenos sociais. Mas é sobretudo com a noção de tempo trazida pelo primeiro que a história entra verdadeiramente na sociologia, i.é., na explicação profunda do quotidiano das sociedades, e que, ao mesmo tempo, se demarca dela:

No plano da história de longa duração, a história e a sociologia não só se juntam, se apoiam, mas acabam mesmo por se confundir. [...]. O tempo da história presta-se menos ao hábil jogo da sincronia e da diacronia: não permite imaginar a vida como mecanismo em que se pode fazer o movimento parar para o apresentar, pausadamente, como imagem imóvel (Braudel, 1977: 137 e 140).

Neste ponto percebe-se que há uma possível separação entre a sociologia e a história, como esta hoje é entendida e largamente praticada¹⁹. É que a sociologia, sob o ponto de vista empírico, tem sido essencialmente a ciência do tempo sincrónico em que, através do cruzamento de informação múltipla, o que vive está, de forma dominante, presente; mas a história, com um campo de observação que chega a todos os domínios do social, trabalha essencialmente, entre rupturas e permanências, com o tempo diacrónico a partir de uma fonte que, contemplando quase só os que já não vivem, tende a explorar ininterruptamente entre o início e o fim de estruturas mais ou menos alongadas²⁰. Em comparação com a história, a ciência do tempo físico ou cronológico, a sociologia é sobretudo a ciência do tempo vivido ou psicológico, que apreende realidades susceptíveis de serem categorizadas e quantificadas a partir de relatos directos e individuais de cada um dos actores envolvidos no fenómeno em estudo. Esta capacidade de apreender

¹⁹ Esta separação não se faz, naturalmente, por referência exclusiva à questão do tempo, ou seja, à forma como os indivíduos e a sociedade são analisados no tempo. No domínio, por exemplo, das fontes, a sociologia distingue-se perfeitamente da história - tal tem sido a vocação e evolução das duas ciências: enquanto que a primeira praticamente "fabrica" as suas fontes ou utiliza fontes deliberadamente constituídas para esse fim específico (como os censos, para o estudo da população); a segunda utiliza fontes que "estão para lá da sua vontade", ou seja, fontes que não se constituíram para o fim específico da investigação que se pretende efectuar (como os registos de baptismo, casamento e óbito, para o estudo das populações do passado).

²⁰ O estudo demográfico que em tempo realizámos é bem o exemplo da captação do tempo estrutural a partir de uma fonte específica - os registos paroquiais de baptismo, casamento e óbito. Ao longo de 225 anos, ininterruptamente, analisámos a evolução da população e a interacção entre as diferentes variáveis microdemográficas numa comunidade fronteiriça à cidade do Porto. (cf. Maia, 1996). V. ainda Maia (1999c).

percursos individualizados, que não encontram paralelo em cada um dos intervenientes – uma vez que os percursos e discursos são sempre singulares –, e de os agregar segundo determinadas características é, historicamente, um atributo da sociologia.

Braudel foi o obreiro e o cultor *in extremis* desse tempo estrutural. A história do acontecimento que cabe e, por vezes, provoca a conjuntura inscreve-se na totalidade num mesmo tempo: o tempo das estruturas, aquelas densas realidades humanas que mudam de forma quase imperceptível e que só o ofício do historiador, ao reconstruir o tempo numa desdobrável e contínua meada, pode apreender. O conceito de estrutura temporal deu à história a capacidade de incluir no passado o presente, embora não o explicando inteiramente: isso será ofício para o sociólogo²¹. A esta luz, não raras vezes nos aparecem descrições do tipo: a revolução industrial provocou uma alteração nas estruturas económicas e sociais da qual ainda hoje partilhamos ou somos herdeiros, embora, como poderá dizer ou explicar um sociólogo, sejamos também críticos dessas estruturas. Esta capacidade que o tempo estrutural braudeliano deu à história de explicar até que ponto o presente é prisioneiro do passado representa uma das fases, um momento alto até agora não superado (Maurício, 1986: 151), da já longa convivência entre as duas áreas do saber. Não é sequer uma visão unilateral de um historiador ou de um conjunto de historiadores de um tempo específico como o que foi retratado²². Do outro lado, quantos adeptos de uma sociologia histórica teremos? O caminho paralelamente percorrido é, no limite, a sobreposição e, nesse caso, história e sociologia serão uma mesma realidade²³.

²¹ É o próprio Braudel que chama a atenção para este aspecto: “Uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo, vai abrindo caminho - consciente ou não, aceite ou não - a partir das experiências e das tentativas recentes da história.” (1976: 11).

²² Bloch, na explicação do tempo que não muda de forma significativa ao longo das gerações, dá o exemplo da transmissão de valores entre avós e netos. Nas sociedades actuais, e ele escrevia-o para o início dos anos quarenta do século XX, dado que os pais têm que trabalhar, cabe aos avós assegurar a educação e acompanhamento dos netos, e isso permite, em certo sentido, a passagem de valores entre o passado e o presente (cf. Bloch, 1974: 40).

²³ Esta posição é largamente partilhada na sociologia. Mills afirma-o claramente ao dizer que: “Para realizar suas tarefas, ou mesmo para apresentá-las bem, os cientistas sociais devem usar o material da história. Toda a sociologia digna do nome é sociologia histórica” (1982: 159). Da mesma forma enuncia Javeau: “Aproveitamos o ensejo para afirmar com força que a história e a sociologia não são senão as duas

Encontramos provavelmente em Elias um dos principais adeptos desta sobreposição. Tanto pelo seu posicionamento teórico como pelo vasto trabalho empírico realizado, pode-se dizer, não há nele uma verdadeira sociologia fora da história. Critica fortemente a ainda história oitocentista que se pratica no seu tempo, apesar de, na realidade, a história do seu tempo ser já para alguns historiadores o que ele pretendia, apenas usando uma terminologia que lhe é específica e que ele demonstra não conhecer bem ou a que nega qualquer validade (cf. Elias, 1996: 208-223)²⁴. No sentido em que Elias descreve²⁵ ser a vocação da sociologia, não há, à parte do plano das intenções, diferenças substanciais entre história e sociologia²⁶. Em “*A sociedade dos indivíduos*” reforça o contributo para a aproximação entre a história e a sociologia. A ideia é a de que o indivíduo não se explica, naturalmente, por si, mas sim socialmente integrado e num conjunto mais ou menos denso de ligações que condicionam a forma como ele se posiciona e como, perante determinadas situações específicas, actua (Elias, 1993: 70). Utiliza a

facetas institucionalizadas de um só fenómeno (ou combinação de fenómenos), a vida colectiva. Para dizermos em termos mais simples: não há sociologia que não seja histórica e não há, sem dúvida, história que não seja sociológica.” (1998: 202).

²⁴ Elias ou Gurvitch, por exemplo, referem-se à história - uma história dos factos, das singularidades e do interesse pelas rupturas - numa lógica de tempo vivido ou psicológico, i.é., descrevem-na como a herdaram no tempo em que com ela tiveram algum contacto, um tempo que, na realidade, já não corresponde à prática e tendências da historiografia tal e qual a descrevem à posteriori (pelo menos em França). E esta concepção de história em Elias resulta, pelo menos em parte, da relação entre distanciamento histórico e raridade dos documentos, o que impede um verdadeiro conhecimento social dos factos que esses documentos relatam: “Telle est l’une des raisons pour lesquelles la présentation du passé humain sous la forme de ce que nous appelons l’histoire s’inscrit dans la perspective d’un temps court.” (1996: 209-210).

²⁵ Num exemplo que mais de perto diz respeito a este estudo, em *The established and the outsiders*, Elias e Scotson chamam a atenção para a importância que a dimensão temporal tem na explicação das diferenças de comportamento entre naturais - com duas ou três gerações de permanência pelo menos no espaço estudado - e migrantes, para uma pequena cidade próxima de Londres: “The group of old families of Winston Parva (some whose members were, of course, quite young) had a common past and the newcomers had none. The difference was of great significance, both for the internal constitution of each of the two groups and for their relationship with each other.” (1994: XLVII); v. também Elias (1993: 179).

²⁶ A partir da análise de uma das obras de Elias, *A sociedade de corte*, Chartier propõe uma leitura da sociologia histórica do autor: “A sociologia não consiste, ou não consiste apenas, no estudo das sociedades contemporâneas, antes devendo dar conta das evoluções de longa duração, que permitem compreender, por filiação ou por diferença, as realidades do presente.” (1988: 91).

expressão de “configurações sociais” para pôr em evidência esta necessária dependência do indivíduo perante a sociedade²⁷. Ora, é dentro deste quadro teórico que há muito se movem os historiadores, que, em processo evolutivo da chamada história nova, foram compartimentando a produção historiográfica por áreas específicas: a história social, a história cultural, a história das mentalidades, todas perflharam o princípio teórico de que o homem age em função da sociedade e do tempo a que pertence e que só dessa forma pode ser reconstruído e explicado o passado. Esta prática dos historiadores que os aproxima de uma concepção sociológica não é nova: havia sido há muito anunciada por Michelet ou, mais tarde, Fustel de Colanges ou ainda por Lucien Febre (Bloch, 1974: 178-179). Apenas encontrou condições de se operacionalizar e fazer “escola” quando já ia longo o diálogo entre historiadores e sociólogos. A partir desse encontro passou a ser menos difícil o relacionamento entre história e sociologia, esta também ciência tributária do tempo. O caminho foi o da maior especialização de ambos os lados até chegarmos a um certo impasse pela incapacidade de definir, se é que algumas vez foi possível, os campos de intervenção de cada uma das ciências. A sociologia e a história, tal como hoje se praticam, fizeram-se pela excessiva fragmentação. E quanto mais se fragmentam, mais se confundem áreas do saber, maiores serão as interdependências entre domínios do conhecimento, o que dificilmente nos deixa aceitar, como vulgarmente se refere, a ideia de uma interdisciplinaridade. Para que ela exista é necessário que cada ciência se ocupe realmente de um objecto, que tenha fronteiras relativamente bem definidas. Ora isso não acontece. A história hoje entra por temas que durante muito tempo estiveram exclusivamente agregados a outras áreas do saber, e aprofunda-os. Foucault – o filósofo, antes de mais – influenciou, e certamente vai continuar a influenciar, a forma de pensar e fazer a história ao considerar o tempo nas explicações diferenciadas para um mesmo fenómeno (a loucura, por exemplo) e também ao tê-lo em conta na caracterização da natureza do próprio discurso construído (Foucault, 1989: 200). O “método arqueológico” que propôs tem um grande interesse interpretativo: o que nele está em causa não é somente, tomando o

²⁷ Elias não é o único a chamar a atenção para esta dependência do indivíduo em relação à sociedade. Sem a utilização de qualquer expressão identificativa, Mills também o faz, pondo porém a tónica numa certa inconsciência do homem comum: “Raramente [os homens] têm consciência da complexa ligação entre suas vidas e o curso da história mundial; por isso, os homens comuns não sabem, quase sempre, o que essa ligação significa para os tipos de ser em que se estão transformando e para o tipo de evolução histórica de que podem participar.” (1982: 10).

exemplo do Estado, o estudo das funções entre cada um dos seus órgãos e das relações que mantêm entre si; é também e sobretudo o estudo das dinâmicas relacionais entre poder e saber que se geram no interior desses órgãos e no contacto que os mesmos estabelecem entre si. Uma tal perspectiva não se pode propriamente restringir a uma área abrangente do conhecimento – sociologia ou história –, mas resulta antes de uma entrega e de um “combate” do investigador ao estudo profundo de um objecto muito restrito. É este o sentido que deu do “intelectual específico” por oposição ao decadente “intelectual universal” (Rocha, 1991). A história até ao final dos anos cinquenta pouco ou nada tinha a dizer sobre a população, domínio da demografia e amplamente cobiçado e usado pela economia ou pela sociologia. Hoje, cada vez mais, tem a dizer nesta área, mas o que vai acrescentando fá-lo muito à custa dos contributos que foi buscar à sociologia da família, à sociologia do casamento, entre demais especializações. Hoje cada vez menos se tende a falar de uma história da mortalidade, substituindo-a por uma história da morte, de uma história da natalidade, substituída por uma história dos comportamentos sexuais, da contracepção ou da família (Carbonell, 1987: 162). Ou seja, na condição actual das ciências sociais, aquilo a que temos assistido é, na especialização não descaracterizadora, a um cada vez maior plasmar entre áreas de saber, com a consequente “migração” de termos e uso comum de métodos, técnicas e teorias.

NOTA CONCLUSIVA

Nesta visão, pela aproximação, entre história e sociologia, no sentido em que o que está em causa é o social e não o indivíduo, é de notar que qualquer das áreas se tem pautado, apesar da especialização, por cada vez mais querer explicar a realidade social, passada ou presente, no seu todo e complexa. A visão holista da história e da sociologia parece ser inevitável (Gellner, 1984: 608-613). A descrição que um indivíduo faz de si nunca poder ser alheada do todo, mesmo que a si só se retrate: está impregnada no espaço, no tempo e nos valores em que se insere. O indivíduo não fala nunca de si só nem por si só. Neste sentido, quando um historiador analisa uma crónica de uma qualquer personagem não é apenas esse personagem que ali está retratado, mas sim a ambiência transposta por alguém, o relator, que descreve a personagem (cf. Le Goff, 1995: 13-17). Da mesma forma acontece ao sociólogo quando recolhe testemunhos sobre determinadas práticas junto de algum informante: o que este lhe dá a conhecer não são só essas práticas,

mas uma dada visão das coisas que descreve, que é típica da sua “condição de classe”, para usar a expressão de Bourdieu²⁸. É nesse sentido que a “história de vida” ganha uma dimensão social, apesar de efectuada sobre um só indivíduo²⁹. Se assim não fosse, se deste raciocínio não nos socorrêssemos, não haveria meio para descrevermos as sociedades do passado remoto, onde as poucas fontes que existem são, na grande maioria, singulares, i.é., respeitam a um só indivíduo.

Se não tivermos em consideração a profunda interacção que tem de existir entre a história e a sociologia, dificilmente se compreenderão os fenómenos sociais a partir de alguns conceitos tidos como exclusivamente sociológicos. Quando se usa a noção de *habitus*, por exemplo, estamos necessariamente num terreno híbrido, porque o factor tempo é primordial na sua explicação (tempo físico ou cronológico)³⁰; assim também se nos referimos à noção de mudança social, mesmo que a perspectiva analítica para essa alteração seja nomológica, no sentido em que apenas se busquem apreender as regularidades, ou hipotético-dedutiva, com vista à construção de determinados modelos

²⁸ Com o uso da expressão, trata-se de querer explicar o posicionamento social dos indivíduos a partir de uma noção bem mais ampla do que a noção de classe social. A condição de classe remete para um processo dinâmico e complexo de classificação, que não se restringe a olhar o indivíduo numa hierarquia pelo posicionamento económico e social, mas a partir dos gostos e das práticas que o mesmo manifesta por se situar num determinado “espaço social”. Bourdieu prefere substituir a expressão classe social pela expressão posição no espaço social: “Portanto, a diferença, aquilo que exprimo ao falar de espaço social, existe, e persiste. Mas devemos por isso aceitar ou afirmar a existência de classes? Não. As classes sociais não existem [...]. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de certo modo em estado virtual, a ponteados, não como um dado, mas como qualquer coisa que se trata de fazer.” (1997: 12-13).

²⁹ Partindo deste pressuposto, Ferrarotti chama a atenção para a representatividade social do individual: “Si nous sommes, si chaque individu représente la réappropriation singulière de l’universel social et historique qui l’environne, nous pouvons connaître le social en partant de la spécificité irréductible d’une praxis individuelle.” (1990: 52). É também com esse mesmo sentido que Fentress e Wickham (1994: 7) referem que a memória do indivíduo está irrefutavelmente ligada ao social.

³⁰ Bourdieu reabilitou e complexificou esta noção cujo uso remonta à Idade Média. De entre as várias definições possíveis, pode-se traduzir, nas suas palavras, por um conjunto de “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas para funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações.” (in Dubar, 1997: 66).

explicativos do social (tempo físico ou cronológico). No mesmo sentido, difícil será o estudo sedimentado em bases sólidas acerca do percurso ocupacional e social dos indivíduos que, por uma razão ou outra, migraram. Não basta só, a este propósito, referir que houve uma mudança do território A para o território B, de alguém que tinha em A uma ocupação de tipo C e passou a ter em B uma ocupação de tipo D. É também necessário conhecer o tempo e as circunstâncias em que essa mudança ocorreu, conhecer no fundo os condicionamentos históricos em que se deu a mudança e, talvez mais importante do que isso, se quisermos tentar perceber de que formas o passado está “vivo” no presente, conhecer como as condições existentes à altura em que se fez a mudança concorrem, a par de outros factores, para a forma como no tempo presente se encaram os problemas, como sobre elas actuam os homens e mulheres que estiveram sujeitos a essas mudanças (tempo vivido ou psicológico). É por isso que a tentativa de um conhecimento aprofundado dos fenómenos sociais requer, em esforço interpretativo, que se tenha presente o que aqui se designou por tempo vivido ou psicológico e tempo físico ou cronológico ou, se se quiser, o complemento entre sociologia e história e vice-versa.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond

1991 *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BERTAUX, Daniel

1978 *Destinos pessoais e estrutura de classe*. Lisboa: Moraes Editores.

BLOCH, Marc

1974 *Introdução à história*. Mem Martins: Europa América.

BOURDIEU, Pierre

1979 *La Distinction*. Paris: Editions de Minuit.

1987 *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editorial Perspectiva.

1997 *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.

BRAGANÇA, António

1976 *Lições de literatura portuguesa*, 3º vol. Porto, 11ª ed.: Livraria Escolar Infante.

BRAUDEL, Fernand

1976 *História e ciências sociais*. Lisboa, 2ª ed: Editorial Presença.

1977 “História e Sociologia”, in *Tratado de Sociologia*, vol. 1 (dir. Georges Gurvitch). Lisboa: Livraria Martins Fontes: 123-144.

- CARBONEL, Charles-Olivier
1987 *Historiografia*. Lisboa: Teorema.
- CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Héctor
1979 *Los métodos de la historia*. Barcelona, 3ª ed.: Editorial Crítica.
- CHESNEAUX, Jean
1996 *Habiter le temps. Passé, présent, futur: esquisse d'un dialogue politique*. Paris: Bayard Éditions.
- CHARTIER, Roger
1988 *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- COMTE; Augusto
1984 "A filosofia positiva e o estudo da sociedade", in *Teorias da História* (edição e comentários de Patrick Gardiner). Lisboa, 3ª ed.: Fundação Calouste Gulbenkian: 90-100.
- DUARTE, Luis Fernando Dias
1978 "Tempo social", in *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 2ª ed.: Editora da Fundação Getulio Vargas: 1205-1206.
- DUBAR, Claude
1997 *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, col. Ciências da Educação.
- ELIAS, Norbert
1993 *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
1996 *Du temps*. Paris: Fayard (1ª ed. 1984).
- ELIAS, Norbert and SCOTSON, John L.
1994 *The established and the outsiders*. London, 2. ed: Sage Publications (1ª ed. 1965).
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris
1994 *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.
- FERRAROTTI, Franco
1986 *Sociologia*. Lisboa: Teorema.
1990 *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris, 2 ed.: Méridiens Klincksieck.
- FOUCAULT, Michel
1989 *The archaeology of knowledge and the discourse of language*. New York: Pantheon Books.
- GELLNER, Ernest
1984 "O holismo contra o individualismo em história e em sociologia", in *Teorias da História* (Patrick Gardiner ed.). Lisboa, 3ª ed.: Fundação Calouste Gulbenkian: 604-622.

GODELIER, Maurice

1986 *lopédia Einaudi, 7, Modo de Produção. Desenvolvimento/subdesenvolvimento.* Lisboa: INCM: 181-215.

GONÇALVES, Albertino e GONÇALVES. Conceição

1991 "Uma vida entre parêntesis. Tempos e ritmos dos emigrantes portugueses em Paris.", in *Cadernos do Noroeste*, vol 4 (6-7): 147-158.

GURVITCH, Georges

1977 "Objecto e método da sociologia", in *Tratado de sociologia*, vol. 1 (dir. Georges Gurvitch). Lisboa: Livraria Martins de Fontes: 15-50.

HALL, Edward T.

1996 *A dança da vida. A outra dimensão do tempo.* Lisboa: Relógio d'água (1ª ed. 1983)

JAVEAU, Claude

1998 *Lições de sociologia.* Oeiras: Celta Editora.

LE GOFF, Jacques

1995 "Writing historical biography today", in *Current Sociology. Biographical reserche*, Vol. 43, nº 2/3, Autumn/Winter. London: Sage Publications: 11-17.

LOPES, A. Simões

1995 *Desenvolvimento regional.* Lisboa, 4ª ed.: Fundação Calouste Gulbenkian.

MACEDO, Jorge Borges de

1985 "História", in *Polis*, vol. 3. Lisboa: Verbo: 217-249.

MAIA, Rui Leandro

1996 *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925 (estudo demográfico).* Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

MARX, Karl

1976 *Sociedade e mudanças sociais.* Lisboa: Edições 70.

1982 "Teses sobre Feuerbach", in *Marx/Engels. Obras escolhidas.* Lisboa: Editorial Avante: 1-75.

MAURÍCIO, Carlos Coelho

1986 "Quando a historiografia interroga o seu passado", in *Ler História*, nº 7, Lisboa: Edições Salamandra: 145-155.

MELA, Alfredo

1999 *A sociologia das cidades.* Lisboa: Editorial Estampa.

MILLS, Wright C.

1982 *A imaginação sociológica.* Rio de Janeiro, 6ª ed.: Zahar Editores.

MINGIONE, Enzo e PUGLIESE, Enrico

1987 "A difícil delimitação do urbano e do rural", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22. Coimbra: 83-99.

PRONOVOST, Gilles

1996 *Sociologie du temps*. Paris: De Boeck Université.

REVEL, Jacques

1990 *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel.

ROCHA, Acílio

1991 "Foucault, Michel", in *Logos*, vol 2. Lisboa: Verbo: 692-699.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz *et al.*

1995 *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

ROCHER, Guy

1989a *Sociologia geral. A organização social*. Lisboa, 4ª ed: Editorial Presença.

1989b *Sociologia geral. Mudança social e acção histórica*. Lisboa, 4ª ed: Editorial Presença.

RODRIGUES, José Honório

1986 *Tempo e sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes.

SANTOS, Boaventura Sousa

1987 "O espaço da introdução", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22. Coimbra: 5-12.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira

1986 "Uma visão global sobre as ciências sociais", in *Metodologia das ciências sociais*. (Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto org.). Porto, 6ª ed.: Edições Afrontamento.

SILVA, Carlos Henrique do Carmo

1992 "Tempo", in *Logos*, vol. 5. Lisboa: Verbo: 58-92.

SOUSA, Daniel

1982 *Teoria da história e conhecimento histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.